



CÂMARA DOS DEPUTADOS

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INFRAESTRUTURA NACIONAL

ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 07 de agosto de 2012.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia sete de agosto de dois mil e doze, reuniu-se a Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura, no Anexo II, Plenário 14 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Arnaldo Jardim – Presidente da Frente Parlamentar; Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Ronaldo Benedet. **ABERTURA:** O Presidente abriu a reunião solicitando aos presentes que se identificassem por meio de uma lista de presença, salientando a importância de se informar o e-mail para contato. Em seguida, o Presidente convidou para compor a mesa o general Pedro Ronalt Vieira – diretor do Serviço Geográfico do Exército e o senhor Luiz Ugeda Sanches – advogado e presidente do Instituto Geodireito - IGD. O Presidente esclareceu que os participantes seriam identificados no decorrer do trabalho mas fez questão de destacar que a AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS enviou representante, citou também o senhor Emerson Zanon Granemann – diretor da empresa de comunicação MundoGeo que contribuiu com uma série de observações para o objeto da discussão, e por fim, destacou a presença da SINAENCO – Sindicato Nacional de Engenheiros e Arquitetos que reúne as empresas de consultoria da área de engenharia, na pessoa do seu secretário-executivo, senhor Antônio José Ferreira da Trindade. Em seguida, o Presidente comunicou que o deputado Eduardo Sciarra teve que se ausentar. **EXPEDIENTE:** O Presidente deu início às discussões esclarecendo que chamou para a reunião entidades, especialistas, órgãos públicos e empresas que atuam no setor de cartografia e georreferenciamento. O estímulo para o debate teria surgido do senhor Luiz Ugeda Sanches que procurou o Presidente para apresentar uma reflexão sobre os desafios nessa área, e sobre a importância de uma legislação que unificasse esforços e congregasse conceitos e pudesse ser referência para estabelecer procedimentos. O georreferenciamento seria estratégico para o desenvolvimento nacional, porque é informação que precisa ser organizada na sociedade, por meio de regulação e fiscalização. As legislações estariam se multiplicando como, por exemplo, na área rural, algumas no bojo do Código Florestal, gerando iniciativas dispersas dentro do Poder Executivo que indicam a necessidade de se estruturar um órgão que coordene estas iniciativas. O Presidente disse esperar da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional, que decidiu acolher o pleito, ousadia para avançar na legislação. O projeto básico elaborado pelo Instituto Geodireito instituiu na forma de um projeto de lei o código cartográfico nacional e instituiu a Agência Nacional de Cartografia. Antes de apresentar o projeto, o Presidente iria submetê-lo a uma dura crítica, ou seja seria oferecido o contraditório e a intenção seria a de complementá-lo ou até superá-lo. O projeto seria apresentado já bastante amadurecido e contendo contribuições, particularmente, das pessoas que se encontravam presentes na reunião. Em seguida, o Presidente introduziu os **expositores**, senhor Luiz Ugeda para que apresentasse a concepção básica do projeto, e o general Ronalt para que fizesse as suas considerações. O senhor **Luiz Ugeda Sanches** inicia a sua apresentação discorrendo sobre o conceito que está por trás do projeto; ressalta que o projeto está bastante incipiente e que precisa ser aprimorado para que a

cartografia seja discutida com profundidade pela sociedade brasileira, nos termos que a sociedade precisa, bem como desenvolvê-la. A construção do projeto é basicamente jurídica, buscou-se consolidar os vários instrumentos existentes de forma a alcançar um novo patamar de governança para o serviço cartográfico brasileiro. Citando como referência relatórios da ONU, o expositor diz que em dez anos a cartografia será tão importante quanto a energia elétrica. O grande monitoramento global (*Big Brother*) será feito por meio das ferramentas que têm surgido e a tecnologia tem ultrapassado, cada vez mais, as fronteiras do que pode ser realizado com a metodologia cartográfica. No projeto, as infraestruturas já existentes no Brasil, tais como as já existentes na área do petróleo, energia elétrica, saneamento e outras, foram identificadas e utilizadas para estruturar uma governança mínima que tenha condições de ser submetida a um público um pouco maior. O Título I está voltado para a política cartográfica nacional. No corpo do texto, encontram-se dispositivos normativos que estavam dispersos em normas expedidas em vários momentos históricos do Brasil. Foi criado um Conselho Nacional de Cartografia ligado diretamente à Presidência da República. Os conceitos de plano cartográfico nacional e sistema geodésico brasileiro são os que se encontram descritos no Decreto-Lei de 1967. O Título II trata do sistema cartográfico nacional e esboça uma integração e sincronia entre os órgãos que se encontram no Ministério da Defesa e nas pastas civis. O Conselho, provisoriamente chamado de CONCAR, desenvolve políticas públicas para a cartografia e precisa ter uma estrutura correspondente para tratar de matérias técnicas. O Conselho discute de uma forma macro tanto a cartografia que é produzida na esfera militar quanto a cartografia produzida na esfera civil. A Agência Nacional de Cartografia regulamenta, homologa e registra, ou seja, é um órgão certificador para aprimorar as demais políticas públicas que têm se mostrado intensivas em cartografia. Como exemplo cita-se o recente Código Florestal, que possui treze pontos de vinculação cartográfica, as cartas geotécnicas municipais recentemente promulgadas e a fusão do SAP com o SIG buscada pela Agência Nacional de Energia Elétrica para colocar todos os ativos do setor elétrico contabilizados em um sistema de informações geográficas. Os ativos que compõem os medidores inteligentes contariam com esse mecanismo para combater furtos e fraudes, fato que não será possível sem cartografia. A cartografia, portanto, está na base do desenvolvimento da infraestrutura como um todo, daí a sua importância. É preciso buscar uma governança para que sejam discutidos em uma esfera superior tanto as questões de defesa militar quanto as questões civis. O CONCAR será um locus de debate para definir os parâmetros que a cartografia precisa obedecer. Abaixo do nível político vem o órgão técnico, que seria a Agência Nacional de Cartografia que cumpriria as diretrizes definidas pelo CONCAR para a Agência, tais como o registro, a certificação, de modo a possibilitar o desenvolvimento gradual e contínuo da cartografia nacional. Como *benchmarking*, para buscar melhores práticas de governança, a ANCAR foi comparada com o que é feito e como é feito em outras agências. A infraestrutura nacional que já existe foi internalizada dentro do projeto. Para viabilizar a estrutura da Agência foi idealizada uma forma de remuneração que certamente será debatida e aprimorada. A iniciativa do projeto tanto poderá acontecer na Câmara dos Deputados quanto no Poder Executivo. Também são feitas comparações com legislações estrangeiras que nos dão uma referência das melhores práticas e de como realizar esse tipo de iniciativa. Nas disposições gerais do projeto, como forma indicativa, são elencadas iniciativas que podem ser centralizadas na ANCAR, como por exemplo a questão do Código Florestal e a questão fundiária ligada ao INCRA. A justificação está focada na cronologia histórica e ao final estão dispostos pontos para reflexão para identificar um modelo ideal e de consenso para a sociedade brasileira. Em seguida, o Presidente concede a palavra ao **general Pedro Ronalt Vieira**, que ressalta a importância crescente da produção de dados geoespaciais e faz um prognóstico de que no futuro todos os bancos de dados serão geoespaciais. O general diz que hoje todos somos entidades georreferenciadas, seja o telefone celular, seja veículos com GPS. E não só o uso particular mas também a gestão é georreferenciada. O Exército tem sido pioneiro na produção

cartográfica, remontando o início do século XX. A cartografia vem sendo normatizada desde 1940 na escala 50.000 e maiores. A representação em papel de símbolos com feições cartográficas expandiu-se para se conformar ao interesse do seu usuário. A INDE é um subconjunto mínimo que atende a esfera pública federal mas é expansível para o nível estadual, distrital e se for requerido até para o nível pessoal, como por exemplo, dentro de uma fazenda ou uma propriedade é possível colocar sobre a estrutura de informação pública oficial as informações particulares. Como tudo hoje é georreferenciado, temos a geoinformação, geointeligência, geodindeiro, geopolítica e a “geovantagem” de quem sabe fazer uso adequado dessa nova ciência. O sistema OPUS permite o georreferenciamento de todos os imóveis pertencentes ao Exército que possui quase 50.000 instalações militares. Quando o comandante solicita um recurso para fazer a manutenção de uma instalação, ele tem que registrar no sistema OPUS onde o recurso está sendo aplicado. Daí a espacialização do dinheiro, no sentido de onde ele está sendo aplicado. No futuro, o diretor de escola vai saber onde estão os meios de acesso, onde estão os professores, onde estão os alunos, onde estão os meios de transporte, as escolas que estão mais próximas e assim por diante. São possibilidades infinitas numeráveis, dado que os eventos são crescentes, a população é crescente e o universo como um todo é crescente. Dessa forma, se pensa em uma estrutura mínima para cada esfera do poder com uma verticalização, porque ela é única, é uma entidade representada na esfera federal, estadual e municipal até chegar dentro das habitações. A política cartográfica nacional foi prevista há cinquenta anos mas até hoje não foi implementada. A política é o farol, indica obstáculos mas indica aonde se quer chegar. Para chegar é preciso estabelecer as estratégias e os planos. Se não existe a política não há como definir estratégias e planos para se chegar a determinado local. Essa política vai trazer em um documento ou documentos subsequentes, pois sempre há atualizações, a demanda pública nacional no que se refere à necessidade crescente do dado geoespacial. A Agência Nacional de Cartografia será um órgão que irá garantir a perenidade e o atendimento dessa política pública, independentemente de governos, partidos, por isso terá que ter independência. A partir da política definida, a Agência definirá as estratégias, estabelecerá e atualizará planos e projetos. Em decorrência, haverá um fomento à indústria, ao ensino e à pesquisa. Hoje quando se faz cartografia, se faz de maneira estanque, não se faz de maneira holística, deixando de levar em consideração estados vizinhos ao estado cartografado, tais como feições viárias e hidrográficas. Como não há quem defina essa importância, o todo não é considerado. Hoje a questão ambiental é muito sensível e, dependendo das medidas adotadas, haverá reflexos futuros. Outro ponto a ser considerado são os recursos. Cartografia não se faz sem recursos, essa previsão e o controle da descentralização devem ser pensados. Todas essas ideias devem ser colocadas em amplo debate para que todos os segmentos sejam atendidos. Sem esquecer a questão da temporalidade do dado geoespacial, pois a cartografia é um dado dinâmico. Existem dados de 1960 a 1970, aproximadamente, que são originários do VOEST 10 (voo fotogramétrico que cobre o Brasil do paralelo 8 para baixo) que estão degradando no depósito e foram necessários por conta do Código Florestal. Foram utilizados para determinar com exata precisão no tempo onde existia floresta, onde existia cerrado, Mata Atlântica; um acervo importante. Em seguida, o Presidente abre a palavra a todos os presentes. **Participação** do senhor **Emerson Zanon Granemann**, que se apresenta como engenheiro cartógrafo, trabalha na área há vinte e cinco anos, dez dos quais na área de produção cartográfica, empresário da **MundoGeo**, empresa de comunicação que possui cem mil profissionais cadastrados na plataforma da empresa. O expositor afirma que o momento para discutir é muito oportuno. A estrutura atual não vem funcionando. As instituições que estão prontas para regular o mercado não estão fazendo isso até porque a tecnologia é muito avançada e a burocracia atrapalha um pouco. Três questões são colocadas para que se possa avançar na discussão. A primeira delas é a estrutura da Agência, tem que se pensar muito na estrutura física e nos recursos humanos. O custo deve ser pensado não no valor de elaboração dos mapas e da criação da Agência mas quanto o país perde em não ter

cartografia atualizada e de fácil acesso; quanto o país perde em projetos que foram mal feitos por falta de cartografia, quantas áreas foram mapeadas duas, três e até quatro vezes. Dentro da Câmara dos Deputados vai haver uma votação e essa votação vai esbarrar em investimentos e as pessoas podem pensar que é muito dinheiro. Mas existe a outra conta, de quanto custa ao país não ter essas informações. Em relação à cartografia, o que a sociedade precisa não é exatamente cartografia mas de informações geográficas. O termo mais usado é informação geoespacial. A própria ONU criou uma estrutura para integrar os países que estejam trabalhando com projetos semelhantes à INDE, porque a ONU coloca a informação geográfica como prioritária nos próximos dez anos para qualquer país. Emerson Zanon já foi presidente da Associação Brasileira dos Cartógrafos e a história mostra que a palavra cartografia cria uma restrição, às vezes classista, às vezes só para as empresas que produzem exclusivamente cartografia, envolve também os órgãos do governo. O que se precisa é de informação geográfica, geoespacial. Não se tem essa informação sem a cartografia. Mas se pode ousar mais, e se discutir uma Agência Nacional de Informações Geoespaciais. Dessa forma, o apoio da sociedade será muito maior, porque é isso que ela quer. A sociedade não quer mapas. Os mapas eram em papel, depois passou para o computador e hoje com o GPS nós somos detentores do nosso mapa. Já se discute a cartografia colaborativa que é aquela que com o celular se pode identificar uma intervenção e enviá-la para a Prefeitura, para que seja colocada no dado oficial do órgão local. Não é só pensar no mapeamento da Amazônia, que é muito importante, via radar, via aerofotogrametria. É preciso pensar a cartografia colaborativa porque outros países já fazem isso. Se já estamos atrasados podemos entrar na área mais alinhados com o atual momento. Longe de querer tirar o foco da cartografia, seria alinhar-se com o momento atual. Há um ano atrás, quando não se falava em agência, foi realizada uma enquête no portal da MundoGeo onde foi perguntado quem deveria cuidar da cartografia no Brasil, com as opções IBGE, CONCAR e Agência, mais de 75% respondeu Agência. A sociedade de uma certa forma está querendo algo novo. Em seguida, o Presidente informa que o IBGE foi convidado, não pode estar presente mas encaminhou uma manifestação calorosa incentivando o debate; a Presidente e a diretoria do IBGE manifestaram interesse em conversar sobre a questão em desdobramentos posteriores. O Presidente concede a palavra ao deputado Ronaldo Benedet, esclarecendo que o anteprojeto foi elaborado pelo Instituto Geodireito e chegou na Câmara por meio do deputado (Arnaldo Jardim) como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura. O anteprojeto está na fase de recebimento de contribuições e depois de aprimorado será apresentado de forma conjunta com os demais deputados da Frente. Concedida a palavra, o deputado **Ronaldo Benedet** pergunta ao general Pedro Ronalt se outros países já têm o georreferenciamento e se já temos o nosso e se outros países não o têm, porque como deputado, para votar, é preciso conhecer a situação. Em seguida, a palavra é concedida ao senhor **Cláudio Bielenki Júnior**, especialista em recursos hídricos da **Agência Nacional de Águas**. Cláudio Bielenki já foi presidente da ABEC, seção do Rio Grande do Sul, começou na cartografia no curso do CPOR em Porto Alegre, serviu no Exército por nove anos e depois foi cursar Engenharia Cartográfica na UFRGS, na primeira turma de Engenharia Cartográfica. Logo após se formar, ingressou na ANA, em 2002. Ele se recorda de uma reportagem do jornal Zero Hora na qual o diretor de uma empresa de telecomunicações reclamava de que tinha vindo ao Brasil para investir em telecomunicação e não em cartografia. Porque ela era necessária para implantar as torres. Quando foi presidente da ABEC, discutia-se o georreferenciamento de imóveis rurais, Lei 10.267. Ao chegar em Brasília para trabalhar na ANA verificou que faltava o farol mencionado pelo general Ronalt. A ANA não produz cartografia e recebe esse dado do IBGE para poder estabelecer as suas bases. Mas não tendo a política de cartografia não dá para se avançar mais. Se ouve falar em PAC mas não em investimento em cartografia como obra de infraestrutura. Para supervisionar o PAC já houve três concursos para analista de infraestrutura e nenhuma vaga para a área de cartografia ou afins. Como já foi dito, os projetos sem cartografia podem ser mais onerosos. A Agência é muito importante porque a

cartografia no Brasil é muito fragmentada, isso acontece por falta de um órgão que assuma a responsabilidade de concentrar esforços para gerir uma base de dados. Em seguida, o Presidente concede a palavra ao **Deputado Irajá Abreu**. O deputado Irajá Abreu faz notar que o Exército tem importância não só pela defesa do país mas principalmente pelo papel de inteligência que é o serviço cartográfico brasileiro. No Tocantins, estado do deputado, há dois assuntos importantes que é a divisa do Tocantins com a Bahia, um litígio antigo que já passou por duas demarcações, sendo a mais recente a demarcação do Exército. A demarcação tinha sido feita pelo IBGE e a demarcação feita pelo Exército é mais recente e mais precisa. O tema ainda aguarda julgamento no Supremo e os produtores daquela região do Estado precisam que o assunto seja finalmente superado. A outra questão é o georreferenciamento, que é um problema não só do Tocantins, mas de todo o Brasil. Existem cerca de trinta e cinco mil processos protocolizados, no Estado do Tocantins são aproximadamente cinco mil processos, parados há mais de dez anos porque o INCRA não possui contingente de servidores suficiente. O prejuízo aos produtores rurais é enorme. A espera chega a dois, três e até quatro anos para receber um certificado de georreferenciamento. Quando o deputado Irajá Abreu chegou ao Congresso, ele conseguiu que o Exército e outros Ministérios, por meio de um convênio com o INCRA, fizessem uma força-tarefa para realizar a análise técnica. O general Ronalt tem apresentado números dessas análises que foram auferidas em alguns estados do Brasil. Essa iniciativa tem dado celeridade aos produtores. O governador Siqueira Campos também assinou convênio com o Exército para desenvolver uma plataforma com imagens na escala 1:25000, precisão de cinco metros, para que o Tocantins tivesse uma plataforma estratégica do estado. Os benefícios são muitos, um deles é permitir o licenciamento ambiental remoto, ou seja, não mais haver o ônus de encaminhar uma equipe *in loco* para verificar se tem reserva legal, se tem APP. Outra vantagem vai ser a possibilidade de o estado fazer um diagnóstico de toda sua infraestrutura, de todos os ativos permanentes e biológicos. Vai ser possível mapear estradas, pontes, escola, posto de saúde e assim poder nortear a política governamental. É possível descobrir o potencial hidroelétrico e mineral, explorar a zona econômica-ecológica – ZEE do estado e outros benefícios. É importantíssima essa iniciativa da Agência Nacional de Cartografia para que, como o general Ronalt disse, seja um benefício macro para o país como um todo. Em seguida, o Presidente concede a palavra a mais três participantes. O primeiro a falar é o representante do Sindicato de Arquitetura e Engenharia – **SINAENCO, Antônio José da Trindade**. O representante da SINAENCO primeiramente elogia a iniciativa que foi o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura bem como a escolha do deputado para presidi-la. Falando no nome do presidente da SINAENCO, Sr. João Alberto Viol, o participante declara o compromisso integral do presidente da SINAENCO com o anteprojeto e oferece colaboração no que for possível para o sucesso da proposição. A SINAENCO congrega empresas com expertise na área e encaminhará sugestões e contribuições. O segundo a falar é o representante da **Agência Nacional de Águas, José Aguiar** que veio como observador seguindo orientação da chefia que pediu para verificar se o assunto é importante. A lei que instituiu a segurança de barragens, Lei n. 12.334, coloca a ANA como articuladora entre os estados. A infraestrutura de dados em nível federal é muito importante mas tem que haver também a institucionalidade dos estados. Existem quatro grandes responsáveis que são a ANA, a ANEEL, o DNPM e o IBAMA para fazer o levantamento de quantas barragens existem. O expediente de encaminhar ofício para o governo dos estados não surte efeito porque nem sempre são respondidos. O levantamento que está sendo feito no Nordeste em relação a segurança hídrica no semiárido, abastecimento público, rejeito de mineração sofre desse problema. A barragem não é só a segurança mas o dano potencial associado. A cartografia adequada para cada região, ou seja, se tem cidade, se tem ponte, tem que ser feita praticamente do zero. A instituição da política nacional não serve só de farol, como colocou o general, mas como indutora das outras organizações dos estados. No Nordeste, de nove estados três não responderam os ofícios. Os técnicos dos estados que começam a trabalhar com a

ANA às vezes são trocados para trabalhar em outra área. É preciso fortalecer as instituições. O Exército não foi criado no dia de ontem, são anos e anos de dados agrupados. A ANA tem feito isso e não é a sua atribuição. Uma outra questão é a dinâmica da cartografia. Um dos grandes usuários das barragens é o Operador Nacional do Sistema Elétrico que precisa da informação sobre as cheias e secas, esse uso múltiplo requer uma cartografia bastante detalhada. E os usos entram em conflito, para energia elétrica é importante a barragem sempre cheia mas para segurança de cheias é preciso haver um volume de espera razoável. A importância dessa iniciativa não é para o futuro é para ontem. Como bem colocou o Emerson Zanon, o custo de não ter a informação é muito grande. Em seguida, é concedida a palavra ao terceiro participante, professora **Helen Gurgel do Departamento de Geografia da UnB**. A professora atua na área de cartografia desde 1995 e acompanhou a cartografia passando do papel para o arquivo digital e agora para a web. A cartografia acabou não acompanhando a regulamentação para qualidade dos dados. A professora trabalhou no Ministério da Saúde e no Ministério do Meio Ambiente e nos dois setores a dificuldade é imensa para trabalhar com dados espaciais e o gasto é muito grande. Na área de saúde para delimitar uma população exposta a um determinado agente químico é preciso ter uma cartografia exata da localização da fábrica no entorno. No meio ambiente não é possível determinar quais municípios têm áreas dentro de uma unidade de conservação porque há conflito entre a cartografia estadual e a do IBGE, porque não conversam entre si. A informação cartográfica é estratégica para um país por isso o Exército está aqui representado. A cartografia é uma informação ímpar, é uma questão de soberania porque não há como governar o país sem informação detalhada de qualidade. Cada região tem a sua particularidade que só pode ser conhecida pelo detalhamento. A tecnologia possibilita isso por meio das imagens de satélite de altíssima precisão. A Agência vai ser importante para a organização desse dado. Como a demanda existe, o dado é produzido mas encontra-se espalhado. Há necessidade de organizá-lo. A segunda necessidade é regulamentar, dar padrões para serem obtidos dados de qualidade. O grande problema hoje é a qualidade dos dados. Recentemente foram desapropriadas quatro grandes unidades para fins de aproveitamento hidroelétrico e como a qualidade cartográfica era ruim a área desapropriada foi bem maior por não se saber exatamente a área de impacto. No futuro pode vir a ser reincorporada. Soma-se a isso o desgaste político. Em seguida, o Presidente concede a palavra aos integrantes da mesa para as considerações finais, começando pelo **general Pedro Ronalt**. O general endossa as palavras da professora Helen Gurgel e afirmou que o problema da cartografia nacional não é falta de precisão mas ela foi feita em uma escala inadequada. Os resultados aparecem nos problemas de superposição, que geram problemas judiciais os quais o Exército tem sido sucessivamente chamado a resolver. Este era o motivo principal da presença do Exército na reunião da Frente Parlamentar. Praticamente todo o mês o Exército é chamado para resolver um problema e isso se dá devido à isenção da instituição. O general concorda com o Sr. Emerson Zanon quando ele afirma que a cartografia é um subconjunto que o usuário escolhe para sair impresso no papel. O papel ainda é necessário para alguns usuários mas o futuro é a web. Em seguida, o **Sr. Luiz Ugeda** faz as suas considerações finais. Nelas o Sr. Luiz Ugeda realça o fato de o trabalho lançado naquela reunião ser de caráter coletivo e agradece o engajamento do Exército que tem muito a contribuir e de forma muito qualificada. A competência do Instituto Geodireito é jurídica e geocientífica e; respondendo a um dos pontos colocados pelo deputado Ronaldo Benedet esclarece que a cartografia vai ser cada vez mais um instrumento de justiça no Brasil. Como exemplo é citado o indeferimento de uma liminar por um juiz federal em uma ação envolvendo a venda de uma propriedade no estado de Roraima devido ao georreferenciamento mal feito. Cada vez mais o Poder Judiciário tem se deparado com o georreferenciamento nos laudos. Em concordância com o general Ronalt, o Sr. Luiz Ugeda afirmou a necessidade de uma política pública voltada para a geotecnologia e para a cartografia. Da igual modo, concordando com o Sr. Claudio Bielenki, é necessário pensar a requalificação profissional das carreiras afetas

pelo projeto, tais como a engenharia cartográfica, agrimensura e geografia. Inicialmente seria um trabalho muito grande, de forma que o atual trabalho ficou restrito à cartografia. Será preciso criar uma massa crítica sobre o assunto para tratar dessa questão. Voltando às questões jurídicas, há o caso clássico da política nacional de barragens, a divisão dos royalties de petróleo entre os municípios com limites côncavos e muitas políticas públicas que têm a questão cartográfica envolvida. O anteprojeto busca reconfigurar o CONCAR para sinalizar a política pública e a Agência Nacional de Cartografia (ou de Informações Geográficas) é criada para ser o órgão operacional. Na definição dessa política é importante a participação do Exército, que entra com o conhecimento técnico para que se possa delimitar o escopo, e a instituição receba as informações necessárias para focar na sua atividade. A política deve permitir a participação da sociedade civil para que ela possa contribuir, e também definir outras formas de interação como o INCRA, que já começou há dez anos, e por fim possibilitar a produção de justiça. O Sr. Luiz Ugeda agradece ao deputado Arnaldo Jardim pela oportunidade e a todos que compareceram para participar dessa primeira discussão. Em seguida, o Presidente agradece aos representantes dos diferentes segmentos pelo comparecimento e indica os próximos passos. A começar pela elaboração desta Ata para registro das presenças e observações feitas. Esta Ata será, então, repassada para as pessoas de interesse. A intenção é provocar a discussão para poder receber sugestões. A partir da semana que vai de treze a dezessete de agosto a Ata começa a circular e o anteprojeto receberá sugestões que deverão ser encaminhada para o Sr. Luiz Ugeda. Fica marcada a data de sete de setembro para apresentação da primeira circular com as informações consolidadas. Não havendo mais nada a tratar o Presidente encerrou os trabalhos às dezesseis horas e trinta minutos. E, para constar, eu _____ Maria de Lourdes de Sousa Martins, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente deputado Arnaldo Jardim _____ e encaminhada cópia aos que estiveram presentes à reunião.